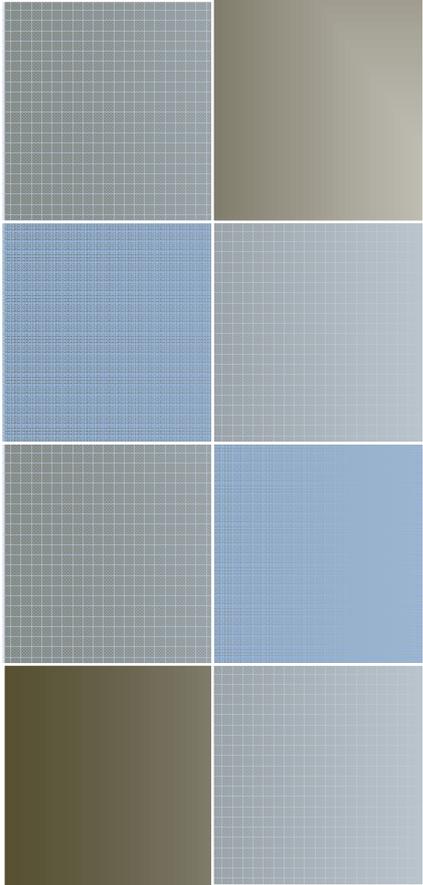




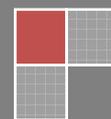
Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e
Luísa Veloso (coord.)



TRABALHO, ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES: RECOMPOSIÇÕES CONCEPTUAIS E DESAFIOS EMPÍRICOS

SECÇÃO TEMÁTICA TRABALHO, ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA



Capital social, expectativas dos progenitores e potencial empreendedor

Ana Paula Marques*

Rita Moreira**

Resumo

Nos últimos anos, em Portugal como no resto da Europa, o empreendedorismo de jovens com qualificações superiores constitui uma forma de criação de emprego, em particular de emprego qualificado e, por conseguinte, contribui para o estímulo de uma cultura de iniciativa e científica. Nesse sentido, entende-se que o empreendedorismo poderá colocar novos e importantes desafios à Universidade que estão relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros actores (económicos, sociais, políticos, etc.) desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura empreendedora e de inovação. Porém, também é nossa convicção que a formação de jovens empreendedores poderá contribuir para a transformação do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, em especial, através de uma mudança de cultura empresarial. Face à centralidade desta temática, neste artigo avançam-se os resultados preliminares obtidos num diagnóstico centrado na aplicação de um questionário a 283 licenciados de diversas áreas científicas que concluíram o curso, entre 2002 e 2008. Pretende-se analisar a influência do capital social, do género e área científica no potencial empreendedor dos licenciados da Universidade do Minho.

Palavras-chave: Capital Social, potencial empreendedor, reprodução, inovação

Introdução

O empreendedorismo assume uma centralidade crescente ao nível de políticas públicas (comunitárias e nacionais) enquanto estratégia de crescimento económico e de criação emprego (cf. QREN-2007-2013). As instituições do ensino superior, os centros de investigação e as diversas instituições de desenvolvimento e de suporte à implementação e avaliação daquelas políticas (e.g. IAPMEI, IEFP, ANJE) têm sido desafiadas a contribuírem para a institucionalização de um ambiente mais favorável à emergência de uma actividade empreendedora. Se considerarmos as universidades, em

* CICS/UM, Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, Investigadora do Centro de investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, (amarques@ics.uminho.pt).

** CICS/UM, Doutoranda em Sociologia - Fundação para a Ciência e Tecnologia, Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, (rmoreira@ics.uminho.pt).

particular, pode-se dizer que é-lhes solicitado da parte dos responsáveis institucionais e da própria sociedade em geral que estas promovam uma cultura de ciência, de empreendedorismo e de inovação (Marques, Moreira, 2011), para além de cumprir com a sua missão fundamental de gerar conhecimento e transmiti-lo às sucessivas gerações de públicos estudantis.

Destacar o contributo das universidades em relação ao empreendedorismo, independentemente de ser uma questão de “moda” ou não, permite-nos, igualmente, equacionar em que medida o seu investimento na formação de jovens empreendedores poderá, por um lado, contribuir para a transformação do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, em especial, através de uma mudança de cultura empresarial; e, por outro, constituir-se numa alternativa de acesso ao mercado de trabalho de um segmento de jovens qualificados que apresentem perfil, potencial e condições consideradas relevantes para uma actividade empreendedora.

A este nível, são vários os desafios transversais colocados aos vários actores institucionais, designadamente: *i*) incentivar a actividade empreendedora no âmbito do sistema educativo, em geral, e no contexto da universidade, em particular; *ii*) melhorar a regulamentação e a envolvente empresarial; *iii*) implementar o plano de acção sobre o espírito empresarial; *iv*) melhorar a ligação entre indústria e a investigação, apoiando a I&D e inovação. Igualmente, é importante desenvolver políticas de apoio ao fomento da actividade empresarial, em particular à constituição de PME relevantes para a dinamização da economia. Tal passa por se incentivar a concepção de projetos inovadores, o acesso à tecnologia, a participação em mercados externos (e.g. nomeadamente através de feiras, exposições), a articulação institucional. Além disso, supõe-se o reforço do apoio institucional dos organismos responsáveis pelo microfinanciamento por meio dos esquemas de microcrédito e financiamento para as microempresas acompanhados do desenvolvimento do acesso a serviços (e.g. comercialização, assistência técnica, cumprimento de normas ambientais).

Das investigações por nós realizadas, (Marques, 2007; Marques & Moreira, 2011) o conhecimento da estrutura de motivações dos jovens detentores de qualificações superiores permite-nos corroborar que são as dificuldades de inserção no mercado de trabalho na área de formação, a falta de empresas na área e a atracção pela autonomia e independência que estão na base de uma maior predisposição para a escolha de uma actividade por conta própria. Assim, a perspetivação de “futuros profissionais possíveis” (Marques, 2007), por parte destes jovens, implica que eles

mobilizem tanto competências técnico-científicas como transversais que pressupõe a aprendizagem contínua em áreas de formação adequadas às suas trajetórias profissionais. Um exemplo disso mesmo pode implicar a formação específica em aspectos inerentes à criação de um negócio/ empresa, através da elaboração de um plano de negócio, ao funcionamento de spin-off's académicos, às potencialidades das incubadoras de empresas, entre outros.

Pretende-se neste artigo dar a conhecer em que medida o empreendedorismo se inscreve na lógica de reprodução e validação das desigualdades sociais e de género no quadro das políticas do Ensino Superior. Ou seja, visa-se equacionar a selectividade social ao nível do acesso ao ensino superior quer através da análise da origem social dos estudantes, quer através da importância de recursos socioeducacionais e profissionais da família de origem na intenção empreendedora. Entendemos que o espaço social enquanto espaço relacional se encontra estruturado por distribuições desiguais de recursos de diversa ordem, designadamente económicos, culturais e relacionais, seguindo a proposta de Bourdieu (1964, 1970, 1978, 1979). Esta tendência de selectividade do sistema de ensino superior em função da origem social das famílias dos jovens candidatos tem sido persistente ao longo das últimas décadas. Porém se é certo que esta tendência tem sido corroborada por inúmeras investigações sociológicas internacionais (Wright, 1964; Bourdieu e 1964; Passeron, 1972; Bourdieu 1978, 1979) e nacionais (Casanova, 1993; Balsa, 1997; Fernandes, 2001; Almeida *et al.*, 2003; Estanque e Nunes, 2003; Alves, 2005; Marques, 2006) a mesma apresenta, ainda que forma débil, um progressivo alargamento da base social de recrutamento, com o acesso de jovens provenientes de agregados familiares com níveis de qualificação escolar e profissional relativamente baixos.

A par disto, verifica-se uma elevada selectividade relativamente às escolhas escolares, pelo que as preferências femininas explicam, em grande medida, a reprodução sexual da divisão social do trabalho. O predomínio de estereótipos de género, ancorados num processo de “naturalização” dos papéis sexuais (Bourdieu, 1999), contribui para aprofundar a presença diversificada e desigualmente valorizada dos percursos escolares em função dos sexos. A este propósito, alguns autores falam de “duplo efeito de discriminação sexual” (Cruz e Cruzeiro, 1995), ou das “más escolhas” (Grácio, 1997) das mulheres quer pelo facto das suas opções se centrarem em cursos de índole literária e humanista, quer pela sua maior dificuldade de aceder ao trabalho e de ocuparem profissões com maior poder e prestígio social (Marques e Moreira, 2011).

1. Objectivo e desenho de pesquisa

Partilhamos a ideia de que o empreendedorismo poderá colocar novos e importantes desafios à Universidade que estão relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros actores (económicos, sociais, políticos, etc.) desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura empreendedora e de inovação. Porém, também é nossa convicção que a formação de jovens empreendedores poderá contribuir para a transformação do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa, em especial, através de uma mudança de cultura empresarial.

Tendo presentes as finalidades atrás explicitadas, o nosso objetivo heurístico consiste em reflectir sobre a importância do capital social (designadamente da família de origem) na estrutura das disposições para o processo empreendedor, bem como do empreendedorismo feminino no sentido de entender se este pode romper com a segregação (vertical e horizontal) ou, ao invés, este assume tendencialmente configurações de reprodução das desigualdades de género no mercado de trabalho. Conscientes da complexidade desta temática, pretendemos, tão só neste artigo enunciar algumas das tendências que possam clarificar o debate.

Para tal, socorremo-nos de resultados preliminares obtidos na investigação “O potencial de empreendedorismo na Universidade do Minho”¹ que, em termos de desenho da investigação, baseia-se, numa primeira fase, na aplicação de um questionário online, usando a técnica de amostragem por quotas. Na verdade, sabe-se que o questionário *online*, apesar das suas evidentes características de facilidade e rapidez na obtenção de respostas, apresenta as limitações decorrentes da dificuldade de obtenção de uma taxa de respostas no seu preenchimento considerada adequada para sustentar tendências e resultados obtidos. Assim, foram considerados como população alvo o total de 1419 licenciados provenientes de 43 cursos da UM, agrupados em seis fileiras, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (2008) como sejam: “Educação”, “Artes e Humanidades”, “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, “Ciências, Matemática e Informática”, “Engenharia, Indústria transformadora e Construção”, “Saúde e protecção social”. A amostra constituída resultou numa quota de 20%, totalizando-se 283 questionários válidos provenientes de diversas áreas científicas que concluíram o curso desde 2002 até 2008. Refira-se que a

¹ Este projecto debruçou-se sobre a temática do potencial empreendedor e foi desenvolvido no quadro do CICS/UM, sob a coordenação científica de Ana Paula Marques. Em termos gerais, esta investigação pretendeu: a) colmatar as lacunas dos actuais estudos empíricos sobre a temática do empreendedorismo; b) compreender a relevância do papel do ensino superior no desenvolvimento de saberes e de competências que influenciam o processo de transição profissional.

utilização desta técnica de amostragem exige algumas cautelas na leitura dos resultados obtidos, já que estes não são representativos do universo dos licenciados da UM. Por conseguinte, a presente análise não revela ambições de representatividade em larga escala ou de extrapolação para o universo da juventude no âmbito da inserção profissional através do empreendedorismo, não induzindo a generalizações neste sentido.

Além disso, o desenho de pesquisa que suporta esta investigação pressupõe uma segunda fase que consiste na aplicação de entrevistas aos jovens que declararam no questionário terem um potencial empreendedor. Entende-se por “potencial empreendedor”, os jovens que declaram ter pensado ou desejado, nalgum momento da sua trajectória académica, vir a desenvolver uma actividade autónoma e empreendedora. Tal não significa que estes jovens tenham enveredado por uma experiência empreendedora efectiva. Assim, assume-se que o potencial empreendedor envolve várias dimensões e uma natureza pluricausal, podendo ser influenciado não só pelas configurações simbólico-culturais (valores culturais e representações simbólicas), como também pelo capital social, em particular pelas condições objectivas socioprofissionais e educacionais que definem as estruturas de classes do grupo familiar (sistema ocupacional do trabalho com diferentes espécies de capital). Para tal, privilegiar-se-á uma outra técnica complementar nesta investigação, que consiste na realização de entrevistas aprofundadas com o objectivo de se evidenciar a dimensão subjectiva da realidade social, centrando-se na “pequena história” do quotidiano vivido pelos actores sociais.

Para efeitos de redacção deste artigo apenas serão considerados os resultados preliminares obtidos do diagnóstico que teve lugar na primeira fase da investigação. Na análise de perfis dos potenciais empreendedores, iniciaremos por fazer uma breve caracterização demográfica e da situação actual perante o trabalho dos inquiridos; em seguida será apresentado algumas dimensões de selectividade no acesso ao ensino superior dos mesmos, através de mobilização de variáveis como, por exemplo, o nível habilitacional e a situação profissional dos pais. Pretende-se, assim, analisar o potencial empreendedor, procurando identificar e contrastar perfis empreendedores, ao mesmo tempo que se ambiciona contribuir para a reflexão sobre a relevância do capital social na estrutura das disposições empreendedoras dos indivíduos.

2. Breve caracterização dos inquiridos

A expansão do ensino superior e o aumento progressivo de diplomados têm sido acompanhados por evidências empíricas da possibilidade de obtenção de um emprego qualificado se encontrar relacionado com a detenção de níveis de escolaridade superiores (Smyth et al., 2001; Machin and MacNally, 2007). Porém, o acesso ao mercado de emprego não se apresenta uniforme e estável para a maioria dos jovens e, sobretudo, apresenta-se segmentado e desigual a partir de variáveis como origem social género, área científica e/ ou curso superior frequentado.

A exploração da informação de natureza sociográfica do diagnóstico realizado aos jovens licenciados demonstra uma diferença expressiva das mulheres (60%) face aos homens (40%), revelando uma elevada taxa de feminização nos cursos da Universidade do Minho, acompanhando a tendência actual do ensino superior a nível nacional (Marques, 2007; Alves, 2008). Confirma-se a presença maioritária das mulheres nos cursos de Educação (79,7%) e nas Ciências Sociais e Direito (70,1%).

Em termos de média etária, regista-se que os 29 anos traduzem a maioria da situação dos inquiridos incluídos na amostra os licenciados pela Universidade do Minho, que concluíram o curso, entre 2002 e 2008. Este alargamento do período temporal de conclusão do curso poderá explicar, em parte, o leque de idades que tende a variar entre um mínimo de 25 anos e um máximo de 52 anos. A distribuição por grupos de idades revela-nos que é entre os grupos de 20 e 29 anos que se concentra a maioria dos licenciados (68%), seguindo-se 32% dos entrevistados que apresentam idades iguais ou superiores a 30 anos.

Relativamente ao estatuto conjugal, verifica-se que os entrevistados são, na sua maioria solteiros (66%), tendo, por sua vez, a percentagem de casados ou a viverem em união de facto alguma expressão (32%). Contudo, atendendo à idade média dos mesmos, estes resultados permitem reforçar a tese do adiamento da constituição de uma família independente da família de origem como traço comum aos jovens em início da sua vida profissional.

Aproveitando, entretanto, para se caracterizar a situação actual dos inquiridos perante o mercado de trabalho, dado que muitos deles já terminaram os estudos superiores entre 2002 e 2008, os resultados do diagnóstico demonstram uma situação de heterogeneidade, e até fragmentação, dos estatutos face ao emprego para os jovens diplomados. Com efeito, se 67% dos entrevistados declaram trabalhar por conta de

outrem a tempo integral, são vários os que declaram se encontrar em situação de desemprego (8%), estágios/bolsas de investigação (8%) e, muito residualmente, estudantes (2%) e a tempo parcial (1%). Já em relação à situação profissional assente na independência contratual, ou seja, como trabalhador independente/ empresário encontram-se 12% dos jovens. Apesar de se tratar de uma percentagem relativamente pequena, esta é importante na medida em que se trata de jovens em início de uma carreira profissional que optaram pela criação do próprio emprego/ empresa com vista à “construção” de trajetórias alternativas de inserção profissional. Se somarmos estas percentagens, pode-se verificar que 31% dos jovens se encontram numa situação de precariedade que, no limite, poderá conduzir a uma situação de exclusão do mercado de trabalho. Tal poderá resultar, por exemplo, quando se acumula, por longos períodos de tempo, estatutos de inactivos ou após a vivência de várias experiências de desemprego de muito longa duração². Portanto, está-se perante uma tendência para a proliferação de situações diversas que comportam condições de trabalho e estatutos, acompanhadas, igualmente, de expectativas diferenciadas.

Esta situação corrobora uma maior precarização das relações de trabalho dos jovens licenciados oriundos das “Artes e Humanidades” que são proporcionalmente mais os que referiram declararam ser trabalhadores independentes³, ou, ainda, estarem desempregados (Marques, 2007). Pelo contrário, os jovens das áreas da Saúde, Educação e das Engenharias são aqueles que apresentam uma situação profissional baseada numa relação de trabalho dependente (72% em ambos os casos), ao passo que os que integram as “Ciências Sociais, Comércio e Direito” apresentam maior diversificação da sua situação face ao trabalho. Estes dados não permitem aferir o grau de correspondência da licenciatura ao emprego em função das áreas científicas, mas vêm colocar uma vez mais em evidência o carácter selectivo do desemprego. A relação entre a situação na profissão e as licenciaturas apresenta-se, por conseguinte, muito importante.

Com base na informação recolhida, os inquiridos que apresentam menor vulnerabilidade face ao emprego assente numa relação assalarial dependente pertencem sobretudo aos cursos das Engenharias (e.g., Sistemas de Informática, Informática e

² Segundo a definição oficial (IEEFP), está-se perante um desemprego de longa duração quando se está há mais de um ano desempregado e de muito longa duração, quando essa vivência ultrapassa dois anos. Nesta categorização, não estão contempladas as situações que designadas de “desemprego oculto” ou “desencorajado” que, muitas vezes, são assumidas como situações de inactividade.

³ Trabalhadores por conta própria (D.L. 159/99 de 11 de Maio).

Gestão, Gestão Industrial), Educação, Ensino de Biologia/Geologia, Ensino de Matemática, Administração Pública e Economia. Pelo contrário, os licenciados que apresentam maior fragilização em relação ao emprego (desemprego, estágios/bolsas de investigação, trabalho em part-time, estudantes) pertencem aos cursos de Arqueologia, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Geografia e Planeamento, Relações Internacionais e Comunicação Social.

3. Potencial empreendedorismo: No puzzle de desigualdades por famílias de origem, género e área científica

Não obstante a diversidade de enfoques analíticos, se algo fica claro nas explicações *lato sensu* sobre a expansão das universidades nas sociedades actuais e a sua articulação com as dinâmicas sociais de estratificação e mobilidade, é que se trata de um processo de profunda complexidade. No seu desenvolvimento convergiram uma constelação de elementos que se projectaram desde as esferas da economia à política e da estrutura social. A inter-relação analítica destes elementos torna-se indispensável para compreender a prioridade concedida em cada país às políticas de expansão e reforma dos sistemas do ensino superior (Moreira, 2009).

Como vimos, num contexto de mudanças nas relações de trabalho, a distribuição dos estudantes por diferentes áreas de formação aparece, mais do que nunca, associada a protagonismos sociais contrastantes e a estratégias de reconversão e reprodução associadas à origem social do grupo familiar. Neste sentido, as trajectórias de profissionalização construídas durante o percurso académico implicam que cada sujeito, individual e colectivo, adopte estratégias diferenciadas, tendo em consideração a sua origem social, as suas características pessoais e as suas escolhas escolares, bem como o meio onde se encontra inserido e as oportunidades de emprego aí existentes.

Prosseguindo um modelo analítico que explore a explicação do potencial empreendedor no sentido assumido neste artigo e atrás exposto, pretende-se apresentar, em termos muito gerais, as relações entre as variáveis de caracterização da origem social da família, que traduz em grande medida o capital social dos licenciados da Universidade do Minho, cruzando-as com outros factores explicativos de desigualdades sociais, como a área de formação e o sexo dos entrevistados. Estes, por sua vez, foram associados aos indicadores simbólico-ideológicos referentes ao sistema de disposições

face ao empreendedorismo, aspectos como o desejo/intenção de criar o próprio emprego/ empresa, sector preferencial e motivação para o auto-emprego.

Assim, para a análise da origem social dos inquiridos parte-se de uma unidade de análise privilegiada que é a família, onde a partilha de recursos e estilos de vida pode assumir configurações diferenciadas e diferenciadoras nas posições relativas que os seus membros ocupam no espaço estrutural das classes sociais (Almeida, 1986). Por este motivo, os aspectos sociologicamente relevantes envolvidos na análise das origens sociais dos licenciados da Universidade do Minho implicam a utilização de dois tipos de indicadores: os socioprofissionais e o socioeducacionais (Bourdieu, 1979; Costa, 1999; Almeida *et al.*, 2003a, 2003b).

Quadro 1: Nível habilitacional dos pais por área de formação*

Níveis de escolaridade	Área de formação dos licenciados (CNAEF/2008) (1)												Total	
	Educação		Humanidades		Ciências Sociais e Direito		Ciências e Informática		Engenharia		Saúde e protecção social			
	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)
EB 1º ciclo	53,4	55,2	46,2	61,5	49,5	47,4	31,6	37,9	49,1	47,2	-	-	45,9	47,2
EB 2º ciclo	15,5	6,9	-	7,7	8,4	12,4	14,0	19,0	5,7	3,8	-	33,3	10,0	11,0
EB 3º ciclo	6,9	12,1	15,4	7,7	13,7	12,4	14,0	6,9	7,5	17,0	-	-	11,1	11,7
Secundário (12º ano)	12,1	8,6	15,4	7,7	12,6	7,3	19,3	15,5	18,8	13,2	66,6	33,3	15,4	10,6
Superior	12,1	17,2	23,1	7,7	15,8	17,5	17,5	17,2	18,9	17,0	-	33,3	16,1	17,0
Pós-graduação	-	-	-	7,7	1,1	2,1	1,8	1,7	-	1,9	33,3	-	1,1	1,8
Outro (2)	-	-	-	-	-	1,0	1,8	1,7	-	-	-	-	0,4	0,7
Total (N)	58	58	13	13	95	97	57	58	53	53	3	3	279	282

Fonte: Questionário online ao potencial de empreendedorismo na UM (2010)

*Valores das percentagens apurados com a exclusão das não respostas

(1) Catálogo Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF/ 2008)

(2) Cada sujeito foi convidado a sinalizar o nível de instrução dos pais, de acordo com a lista acima apresentada. No caso da opção “outro” era dada a possibilidade de especificar o nível de escolaridade em resposta aberta, o que não foi feito por nenhum dos entrevistados que escolheram esta opção.

Como é possível verificar no quadro 1, quase metade dos pais dos entrevistados (45,9% e 47,2%, no caso pai e mãe, respectivamente) possuem apenas 4 anos de escolaridade. Se a estes somarmos aqueles cujas famílias têm o ensino secundário, atingimos mais de 80% da amostra, o que reforça a tese de que esses licenciados são

oriundos de meios sociais com capitais escolares em sintonia com a média nacional e regional do nosso país para essa classe etária. São, no entanto, os jovens licenciados da “Educação” e das “Humanidades”, aqueles cujos pais têm menor escolaridade.

Os jovens cujas famílias possuem formação académica apresentam valores ainda relativamente baixos no seu conjunto: pai (17,2%), mãe (18,8%). Os licenciados cujos pais têm maior qualificação (graduada ou pós-graduada) pertencem às áreas das “Ciências e Informática” e “Engenharia”. Estes dados revelam ainda com mais nitidez, algo que autores como Almeida *et al.* (2003b) designam de um *duplo padrão de recrutamento social*, apesar de assimétrico. Isto significa que os meios sociais dotados de mais recursos, neste caso recursos escolares, estão menos representados na nossa amostra, mas a presença destes está longe de ser residual.

No que diz respeito à condição socioprofissional da família de origem, verifica-se que maioria dos pais exerce uma actividade profissional enquanto trabalhador assalariado ou empresário. Realça-se, ainda assim, a elevada percentagem de mães que declara ser trabalhadora não remunerada (15,5%). Estes casos prendem-se com uma opção pelo trabalho doméstico, mais visível nas mães dos licenciados da área de “Educação”.

Uma análise mais aprofundada do quadro seguinte mostra a clara predominância dos sectores mais dotados de capitais económicos, culturais, escolares e sociais, ou seja, as famílias de “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, por um lado, e de “Quadros e Técnicos Superiores” e “Quadros e Técnicos Médios”, por outro. No total, cerca 54% dos licenciados provêm dessas duas categorias profissionais e pertencem, na sua maioria, às áreas de “Ciências e Informática” e “Engenharia”. Paralelamente, regista-se uma presença significativa de licenciados oriundos de meios sociais menos providos de qualquer desses recursos, como sejam as famílias de “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e “Trabalhadores Não Qualificados”, que representam cerca de 30% no seu conjunto. Este peso é maior nos licenciados das áreas de “Educação” e “Humanidades”.

Quadro 2: Profissão dos pais por área de formação (%)*

Profissões (grandes grupos) (1)	Área de formação dos licenciados (CNAEF/2008) (2)												Total	
	Educação		Humanidades		Ciências Sociais e Direito		Ciências e Informática		Engenharia		Saúde e protecção social			
	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)	Pai (%)	Mãe (%)
Membros das Forças Armadas	5,4	-	-	-	3,1	-	8,3	-	-	-	-	-	3,7	-
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	21,6	12	8,3	11,1	25,0	14,3	25,0	22,2	25,0	13	-	-	22,9	14,7
Quadros e Técnicos Superiores	16,2	32	16,7	22,2	21,9	36,7	16,7	33,3	19,4	30,4	33,3	66,7	19,1	33,8
Quadros e Técnicos Médios	5,4	4	8,3	-	10,9	10,2	22,2	14,8	11,1	8,7	33,3	-	12,2	8,8
Comerciantes e pequenos vendedores	13,5	8	16,7	11,1	9,4	4,1	8,3	7,4	11,1	26,1	-	33,3	10,6	10,3
Agricultores e trabalhadores similares	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-
Operários, Artífices e trabalhadores similares	29,7	12	16,6	22,2	23,4	22,4	13,9	11,1	25	13	33,3	-	22,8	16,2
Trabalhadores não qualificados	5,4	32	33,3	33,3	6,3	12,2	5,6	11,1	8,3	8,7	-	-	8,0	16,2
Total (N)	37	25	12	9	64	49	36	27	36	23	3	3	188	136

Fonte: Questionário online ao potencial de empreendedorismo na UM (2010)

*Valores das percentagens apurados com a exclusão das não respostas.

(1) Profissões (grandes grupos) – Tipologia construída com base na (CNP/94 - IEFP).

(2) (CNAEF/ 2008)

Em relação à área das “Ciências Sociais e Direito” verifica-se uma maior diversificação das situações profissionais e educativas dos pais, o que está relacionado com o valor simbólico dos cursos presentes nesta área, sendo que os licenciados do curso de Direito são maioritariamente provenientes de famílias mais dotadas de capitais (cf. quadros 1 e 2). De facto, esta ideia é destacada desde o início das investigações sociológicas sobre composição social das famílias dos estudantes universitários (Nunes, 1968; Alves, 2005; Mauritti, 2002; Almeida *et al.*, 2003b), bem como mais recentemente na obra de Chaves (2010), que conclui que apesar do alargamento da base de recrutamento do curso de Direito, este continua a cotar-se como uma das licenciaturas mais valorizadas por grupos de maiores recursos (assumindo mesmo contornos de um certo elitismo).

Há, assim, um duplo padrão de recrutamento de classe (Almeida *et al.*, 2003b) na área das “Ciências Sociais e Direito”, o que significa que na universidade se repercutem e jogam dinâmicas de reprodução, mas também de mobilidade social, seja essa mobilidade total, seja sob a forma de trajetórias estacionárias com promoção escolar, que é o caso dos estudantes procedentes de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento e, sobretudo, de empresários e dirigentes, com níveis de escolaridade baixos ou médios (Almeida *et al.*, 1990).

Numa análise em função do sexo, constata-se que a origem social das licenciadas tem um perfil inferior, em termos sociais, aos dos seus pares masculinos e, também, que elas provêm de famílias com capitais escolares um pouco menos elevados. Uma das interpretações avançadas para esse facto vai no sentido de que, sendo o desempenho escolar médio das raparigas superior ao dos rapazes, o seu acesso à universidade é um pouco menos dependente da origem de classe e socio-educacional.

Tendo em conta a estratificação interna das áreas de conhecimento, verifica-se que as raparigas licenciadas vindas dos segmentos mais desfavorecidos conseguem, mais do que os rapazes, atingir as áreas com maior prestígio social. Neste aspecto particular, os resultados da nossa investigação confirmam que na área das “Ciências e Informática”, como vimos, tem sido a mais selectiva de todas as áreas de formação, as raparigas dos sectores mais desfavorecidos são em menor número do que os rapazes, sendo que cerca de 59% dos licenciados do sexo masculino provêm de famílias dos grupos profissionais de “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” e de “Quadros Técnicos e Superiores”, contra 29% das licenciadas.

4. Capital social e potencial empreendedor: notas conclusivas

Vários autores no seio da comunidade sociológica partilham o entendimento de que o capital social consiste num conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas acções (Bourdieu, 1979; Coleman, 1990). Ou seja, o capital social pode ser definido como capital capturado sob a forma de relacionamento social (Lin, 2001).

Preconiza-se, a este respeito, que o vínculo do capital social com base em laços de família ou de outras relações íntimas pode gerar, na dimensão cognitiva, diferentes valores, crenças e confiança, favorecendo as disposições individuais. Logo, faz sentido que os diferentes contactos e experiências adquiridas pelos indivíduos no seio familiar

podem fornecer-lhe maior auto-confiança, de modo a tornar-se um potencial empreendedor. Sendo assim, os valores assumidos através do contacto com empresários da família ou amigos geram percepções mais favoráveis sobre a conveniência ou viabilidade de criar a própria empresa (Bott, 1976). É o caso, por exemplo, dos filhos de empresários, dirigentes e profissionais liberais, cuja maior propensão para o auto-emprego pode ser explicada em termos de origem social, homologia que, tal como Bourdieu (1979) demonstrou, se estende a outros domínios de representações e práticas sociais.

Com efeito, o carácter familiar de muitas empresas permite-nos reforçar a ideia de que as famílias de PME (pequenas e médias empresas) e os seus membros, tendem a configurar trajectórias sociais e individuais identificáveis e delimitáveis no espaço social das classes. Um dos aspectos mais marcantes é que para além de constituírem um património transmissível familiarmente, funcionam com frequência como fornecedoras de emprego a familiares e, mesmo, a elementos de uma rede mais alargada de parentesco (Guerreiro, 1992).

Para além desta relação entre família e empresa, destaca-se a importância assumida pelo empreendedorismo nos últimos anos, no quadro da actual instabilidade e precariedade do emprego. Assim, tem-se vindo a forçar a mudança de atitudes relativamente às opções de carreira dos jovens qualificados, estabelecendo-se um contexto favorável à criação do auto-emprego, o que explica o renovado interesse pelo empreendedorismo como um dos mecanismos facilitadores de acesso ao mercado de trabalho. De facto, a sobreprodução de títulos académicos e a sua desvalorização consequente tem conduzido os detentores de maior capital social a utilizarem estratégias para evitar essa tendência, orientando-se para “regiões ainda pouco burocratizadas do espaço social”, que visam render os títulos e obter a contrapartida que lhes era assegurada num estado anterior. Não surpreende, pois, que aqueles que pretendem escapar à desclassificação possam produzir novas estratégias de profissionalização ou adaptar as suas pretensões, através de uma redefinição que implica uma reavaliação, as profissões a que os títulos académicos dão acesso (Bourdieu, 1979).

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos: Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Oeiras, Celta.

- Almeida, João Ferreira de, *et al.* (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, XXV (105-106), 193221.
- Almeida, João Ferreira de, *et al.* (2003a), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, pp. 45-80.
- Almeida, João Ferreira de, *et al.* (2003b), *Diversidade na Universidade. Um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Alves, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*, Lisboa, Gabinete de Apoio ao Estudante/ Reitoria da Universidade de Lisboa.
- Alves, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, EDUCA & Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Balsa, C. Marques (coord.) (1997), *O perfil sócio-económico dos estudantes do ensino superior*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, CNACES/CEOS.
- Bott, Elizabeth (1976), *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre [2011 (1978)], *O poder simbólico*, Lisboa, Coleção História & Sociedade, Edições 70.
- Bourdieu, Pierre [2010 (1979)], *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Coleção História & Sociedade, Edições 70.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1970), *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1964), *Les héritiers: Les étudiants et la culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Casanova, José Luís (1993), *Estudantes universitários: Composição social, representações e valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto da Juventude.
- Chaves, Miguel (2010), *Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados: as Novas Configurações da Inserção Profissional*, Lisboa, Imprensa de Ciência Sociais – ICS.
- Coleman, J. S. (1990), *Foundation of Social Theory*, Harvard, Harvard University Press. Washington, Government Printing Office.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta.
- Cruz, M. Braga da, e Cruzeiro, M. Eduarda (1995), *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: situação e problemas de acesso*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, DPGF.
- Estanque, E. e Nunes, J. Arriscado (2003), “Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

- Fernandes, António Teixeira (org.) (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e práticas culturais*, Porto, Afrontamento.
- Grácio, S. (1997), *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*, Lisboa, Educa, Formação.
- Guerreiro, Maria das Dores (1992), “Trajectórias sociais e relações familiares. Empresários de PME”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 11:63-77.
- Lin, Nan (2001), *Social capital: a theory of social structure and action*, Cambridge, Cambridge University press, 292 pp.
- Machin, St.; McNally, S. (2007), “Tertiary Education Systems and Labour Market”, *Tertiary Review*, OCDE.
- Marques, A. P. (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento.
- Marques, Ana P. (2007). *MeIntegra — Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte. Relatório final*, Colecção DS/CICS. Universidade do Minho, URL: <http://hdl.handle.net/1822/8633>.
- Marques, A. P.; Moreira, R. (2011), “Transição para o mercado de trabalho: empreendedorismo numa perspectiva de género”, *Actas do XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho* (no prelo).
- Mauritti, Rosário (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, *Sociologia*, n.º.39, p.85-116.
- Moreira, Rita (2009), *Mobilidade e o Empreendedorismo no Ensino Superior: o caso Ciências Sociais*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho.
- Nunes, Adérito (1968), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, *Análise Social*, n.º22-24, pp295-385.
- Smyher, E. et. al (2001), *A Comparative Analysis of Transitions from Education to Work in Europe (CATEWE). Final Report*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Ussman, A.M. (1998), “Influências culturais sobre a função empresarial no feminino”, *Organizações e Trabalho*, 20, pp41-62.
- Weber, Max [1922 (1978)], *Economy and society: an outline of interpretative sociology*. Berkeley, University of California Press.
- Wright, Erik Olin, [1997 (1985)], *Classes*, Londres, Verso.